



Ministério Público
de Contas
Mato Grosso



Tribunal de Contas
Mato Grosso
INSTRUMENTO DE CIDADANIA

Fls.....

Rub.....

PROCESSO Nº : 10341-1/2008
UNIDADE : GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
INTERESSADO : FRANCISCO BRAULIO VIEIRA
ASSUNTO : APOSENTADORIA
RELATOR : CONSELHEIRO WALDIR JULIO TEIS

PARECER Nº 2591/2011

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de processo tendente a apurar a legalidade, para fins de registro, de aposentadoria por invalidez com proventos integrais, de interesse do **Sr. Francisco Bráulio Vieira**, no cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Cuiabá – Entrância Especial.
2. A Secretaria de Controle Externo de Atos de Pessoal manifestou-se de forma conclusiva, fls. 335-336/TCE/MT, pela regularidade dos autos, após saneamento de irregularidades detectadas ao início do pedido sob análise, em conformidade com a legislação pertinente.
3. É o sucinto relatório.



II - FUNDAMENTAÇÃO

4. A Constituição Federal de 1988 assegurou ao Tribunal de Contas da União (estendendo tal competência às Cortes estaduais, por força do seu art. 75) a função de apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

5. A referida competência consiste em ato de fiscalização promovido pelo controle externo, por meio do qual as Cortes de Contas analisam a legalidade, a probidade e a moralidade dos encargos suportados pelo erário.

6. Nessa fiscalização são apreciados os requisitos para a inativação, a composição das parcelas dos proventos estabelecidos pela Administração, bem como a fundamentação e o início dos efeitos do referido ato.

7. Verificada a regularidade, a Corte admite o registro do benefício previdenciário. Na oportunidade, ocorre o aperfeiçoamento do ato complexo, o qual, mesmo produzindo efeitos desde a sua edição, necessita do registro por esse Sodalício de Contas para sua execução definitiva.

8. Por outro lado, o Tribunal de Contas denegará o registro do ato quando considerá-lo ilegal. Na hipótese, o gestor deverá cessar, imediatamente, qualquer despesa decorrente do referido ato, sob pena de



Ministério Público
de Contas
Mato Grosso



Tribunal de Contas
Mato Grosso
INSTRUMENTO DE CIDADANIA

Fls.....

Rub.....

responsabilização pessoal.

9. Pois bem, no vertente caso, à luz do parecer técnico, às fls. 335-336/TCE/MT, evidencia-se que o registro postulado tem respaldo legal e constitucional, consonante aos dispositivos que regulam a matéria.

III – CONCLUSÃO

10. Isto posto, o **Ministério Público de Contas**, no uso de suas atribuições institucionais, **opina** pelo **registro da aposentadoria** conferida ao **Sr. Francisco Bráulio Vieira**, considerando legal os atos aposentatórios nº 222/2008 nº 489/2008 e nº 814/2009, às fls. 68,78 e 181/TCE, bem como a planilha de cálculo de benefício à fl. 241-242/TCE;

É o parecer.

Ministério Público de Contas, Cuiabá, 03 de maio de 2011.

GETÚLIO VELASCO MOREIRA FILHO
Procurador Geral Substituto